

## Pesquisar exige esforço, dedicação e método

Geraldo Balduino Horn  
Alexsander Machado

Na esteira da edição do mês passado, este número também destaca as pesquisas de Educação Filosófica desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Ensino de Filosofia (NESEF) e da Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Processos de Formação em Educação do PPGE-UFPR.

Todo trabalho acadêmico exige esforço intelectual por parte de quem o elabora. Comentamos no editorial anterior, que é muito importante para o(a) pesquisador(a) perceber uma situação-problema que lhe diz respeito, ou que tenha relação com o meio no qual está inserido. Isso concebido, o próximo passo é pensar em uma maneira para respondê-la ou compreendê-la. De posse de algumas estratégias e passos, o(a) pesquisador(a) encontrará explicações, soluções ou prováveis hipóteses que lhe indicarão o caminho para chegar em conclusões apropriadas e seguras sobre o tema investigado.

É muito importante perceber um problema teórico ou prático a ser resolvido, depois formular hipóteses ou perguntas, e em seguida, testá-las (confrontando-as com a literatura e/ou verificando-as na realidade), podendo assim tirar algumas conclusões. Com afirmam Lavelle e Dionne em *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas* (1999, p. 11) “Chegar a possíveis explicações ou soluções para um problema pode significar não apenas aquisição de novos conhecimentos, mas, também, fornecer uma determinada intervenção. Um problema é sempre uma falta de conhecimento.” Além disso, é imprescindível pesquisar com rigor, com método, garantindo, assim, que os resultados do estudo sejam confiáveis e tenham validade acadêmica e social.

Não é recente a preocupação em torno da utilização de um método quando se fala em pesquisa ou produção de novos conhecimentos. Para compreendermos o porquê desse interesse pelo método, precisamos inicialmente entender o significado do termo método. Método é derivado do latim tardio *methodus* e do grego *methodos*, de meta: por, para, através de; e *hodos*: caminho. Podemos, então, traduzir o termo por "caminho para" ou "prosseguimento". Ou, conforme definição de Japiassu e Marcondes no Dicionário Básico de Filosofia (1996, p. 131), como um "conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras, que visam atingir um objetivo determinado. Por exemplo, na ciência, o estabelecimento e a demonstração de uma verdade científica."

Este entendimento aparece pela primeira vez de forma mais sistemática com o matemático e filósofo francês René Descartes (1596-1650). Segundo sua própria advertência, era preciso examinar a certeza pelo método da

dúvida universal. Este método supõe o fato de que existe alguma certeza. Mesmo esta devia ficticiamente ser posta em dúvida, para ter como resultado que, mesmo tentando duvidar, alguma coisa resta como certa. Se duvido, - disse Descartes, - não posso duvidar que esteja duvidando, isto é, pensando, e que sou eu que estou pensando; penso, logo existo, eis como se traduz esta situação.

Embora considerando a importância da abordagem cartesiana, as pesquisas realizadas no NESEF fundamentam-se no método materialista dialético. A teoria de Hegel (1770-1831), filósofo alemão, e de seus seguidores, conhecida como idealismo absoluto, que identifica a realidade com a razão ("todo real é racional"), compreendida esta por meio do desenvolvimento histórico da consciência foi tomada como uma das bases na formulação da teoria do método marxista. Karl Marx (1818-1883) revolucionou o pensamento filosófico, especialmente pelas conotações políticas explícitas nas suas ideias, assumidas e aprofundadas também por Friedrich Engels (1820-1895).

No período em que Marx e Engels iniciaram sua formação, a filosofia hegeliana afirmava-se como sistema dominante na Alemanha, inaugurando no século XIX um novo método do pensamento: a dialética. Em vias de consolidação, a filosofia de Hegel influencia os primeiros escritos de Marx, passando posteriormente, em colaboração com Engels, por uma análise crítica rigorosa no que se refere principalmente à concepção idealista de história, de mundo, de Estado, de homem e de ciência.

A crítica ao idealismo, a crítica à teoria política francesa e a crítica à economia clássica inglesa, constituem os primeiros passos na definição do materialismo histórico como corpo central da concepção norteadora da ciência da história, sistematizada por Marx e Engels, formando o núcleo científico e social da teoria marxista.

A questão fundamental a ser entendida aqui é a demarcação da ciência da história enquanto teoria e método científico, cujos pressupostos Marx fundamenta em relação às justaposições históricas de cunho idealista e mecanicista presentes nas interpretações de historiadores e filósofos que o precederam.

De maneira um tanto esquemática podemos dizer que a abordagem marxiana da história como processo reivindica, basicamente, dois aspectos: (a) que o nível de desenvolvimento das forças produtivas de uma dada sociedade permite entender as relações sociais (e de produção) e sua estrutura econômica, e que a base econômica da sociedade é o fundamento das superestruturas legais e jurídicas e das formas de consciência; (b) que a História é a ciência da observação e da determinação objetiva do real - busca descobrir tanto as leis da ciência como as leis da natureza.

Nesta edição contamos com os relatos de pesquisas de mestrado desenvolvidas pelos pesquisadores(as) do NESEF/PPGE-UFPR: Mayco Aparecido Martins Delavy, Claudinei dos Santos Dias e Alexsander Machado.

## O PDE-PR e o apagar das luzes

*Mayco A. Martins Delavy*

O Programa de Desenvolvimento Profissional dos docentes do Estado do Paraná (PDE-PR) nasceu profundamente enraizado nas lutas por melhorias de condições de formação dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública paranaense e se mostrou como uma grande vitória da categoria na primeira década do século XXI. No entanto, as vitórias favoráveis à classe trabalhadora, nos limites do estado burguês, estão sempre ameaçadas pelos interesses das classes dominantes, desenvolvendo-se sob uma superfície de instabilidades. Foi diante desse cenário político sociocultural que desenvolvemos nosso processo de pesquisa com a dissertação intitulada: “Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE-PR) como expressão da política de formação continuada dos professores e professoras de Filosofia no Estado do Paraná de 2007 a 2021.

Nosso problema de pesquisa teve como pergunta central: como se deu a criação e implantação do Programa de Desenvolvimento Profissional (PDE-PR) para os professores e professoras de filosofia no estado do Paraná (2007-2021)?

O principal objetivo foi compreender que a dinâmica de avanços e retrocessos na política de formação continuada PDE-PR, mais que uma exceção, operou-se como um princípio orientador do Estado.

Diante da natureza do presente problema, compreendemos que a leitura dialético-concreta fundamenta-se como uma opção teórico-metodológica, mas também política, tendo nos “produtos” da docência um lugar privilegiado para pensarmos a materialidade do ensino a partir do que se cria para que o ensino aconteça.

Para tanto, a metodologia de trabalho utilizada na pesquisa foi de análise documental,

com foco principal nas legislações que balizaram o PDE-PR desde a sua criação até o ano de 2021 e nas produções dos artigos dos/das docentes de filosofia de 2007 a 2016. No caso dos artigos, o encurtamento do recorte se deu por dois motivos: i) entre 2017 e 2018 não houve abertura de edital para formação continuada via PDE-PR; ii) a turma concluinte do PDE-PR 2019-2020 não teve suas produções publicadas no portal da SEED-PR em função das várias mudanças perpetradas pelo governo estadual sem a consulta dos docentes.

Os documentos produzidos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, APP-Sindicato, nos serviram de base material para situarmos o campo das políticas não apenas sob a perspectiva de avanços e retrocessos nos limites do estado burguês, como também de resistências e lutas com vitórias históricas, mesmo que sempre ameaçadas. Neste recorte, os Cadernos Pedagógicos de 1999 a 2005 foram as nossas principais consultas.

Consideramos, por fim, como objetivos periféricos: i) Identificar os avanços e retrocessos da categoria docente sob a égide da burguesia autocrática; ii) Analisar o contexto histórico-político que foi plano de fundo desde a luta da categoria pela criação do PDE-PR até a sua derrocada no presente; iii) examinar, sob uma perspectiva crítica, os principais documentos que nortearam a formação continuada realizada via PDE-PR de 2004 a 2021 com foco na disciplina de Filosofia (leis, documentos orientadores, Linhas de Pesquisa); iv) evidenciar a práxis como conceito central na produção docente ontocriativa, presente tanto nos documentos da APP-Sindicato, como nos artigos PDE-PR da disciplina de filosofia.



## A origem histórica da nova direita e o declínio da educação escolar humanizadora contemporânea no Brasil

*Claudinei dos Santos Dias*

Quem é professor, em especial das Ciências Humanas e particularmente de Filosofia, já se deparou em sala de aula com situações em que estudantes reverberam ideias que entram em confronto com o projeto iluminista de educação ou então estão associadas a princípios presentes no neofascismo. Trata-se de fenômeno que ganhou força após 2014, progressivamente, tendo raízes na década anterior.

Instigado por tal contexto, fui investigar a emergência e o projeto da Nova Direita brasileira (e por Nova Direita deve-se entender a extrema direita), analisando os riscos e desafios que ela proporciona para a educação escolar, com consequências para as políticas educacionais. Esse foi o interesse imediato, mas se pode inferir, pela difusão de certa visão de mundo e valores, que a vida, em sentido amplo (não somente a humana), está em sério risco. A ascensão da Nova Direita, e do bolsonarismo em particular, representam o maior desafio que os trabalhadores e subalternos brasileiros enfrentam nas últimas décadas, quiçá na história contemporânea brasileira, em virtude do projeto de sociedade que movimentam.

Inicialmente, a pesquisa mapeou a origem da Nova Direita, identificando os movimentos que a compõem e sua importância para a ascensão do bolsonarismo. O mapeamento explicita a ameaça que se apresenta para a emancipação humana e para a transformação social, tornando-se um empecilho para qualquer proposta de construção de um processo civilizatório (ainda que mínimo) na contemporaneidade.

Ao investigar a emergência da Nova Direita, identifiquei a participação dos *think tanks* nacionais e suas ramificações internacionais na formação de uma visão de mundo adequada às mutações do capitalismo sob sua face neoliberal. Os períodos da história recente do país tiveram intensa participação de *think tanks* que operacionalizaram o domínio de classe de frações das classes empresariais, nacionais e internacionais e afetaram decisivamente a educação no país, alterando sua institucionalidade e suas políticas públicas, instrumentalizando-a a partir dos interesses da classe empresarial, representados nas necessidades do Mercado. Os *think tanks* são instrumentos importantes na legitimação da dominação de classe, por meio da criação de um “ambiente cultural” que legitima o domínio, com a incorporação, por parte da população, dos valores e princípios da classe que domina.

Nesse processo, as Jornadas de Junho de 2013 são fundamentais, como “janela de oportunidade” para a

Nova Direita passar a direcionar o debate público no Brasil. A análise do período indica que a Nova Direita se legitima socialmente a partir das Jornadas de Junho de 2013, propiciando sua intensa participação nas manifestações contra a “corrupção” e pelo impeachment de Dilma Rousseff. Em tal processo, há a intensa atuação de uma série de influenciadores no fomento de suas ideias, principalmente a de Olavo de Carvalho, com o massivo uso das redes sociais para a propagação de uma visão de mundo alinhada à Nova Direita e a disseminação de *fake news*, teorias da conspiração e muito ódio.

A pesquisa evidencia o ideário da Nova Direita, elucidando suas conexões com o neoliberalismo, que será analisado a partir das investigações de David Harvey e de Pierre Dardot e Christian Laval, duas perspectivas distintas, mas que mostram que há uma racionalidade típica no neoliberalismo, que permite entender as conexões entre precarização, empreendedorismo, diminuição do papel social do Estado, com sua gestão funcionando a partir do modelo da empresa. Ou, nas análises de Dardot e Laval, da criação do “sujeito neoliberal”.

O capitalismo, em sua mutação neoliberal, põe em questão a democracia ao postular que todas as relações sociais devam ser regidas pelo Mercado. Isso implica em uma gestão social sob o prisma da necropolítica, que se aprofunda na atualidade, e de eliminação dos indesejáveis, o que implica em refletir se o que se vive é, ou não, um neofascismo. A investigação finaliza esclarecendo as dificuldades e desafios que tal processo impõe à educação escolar, indicando algumas mudanças promovidas pelo estado do Paraná, como: a implementação do *homeschooling*; a diminuição das aulas de Ciências Humanas, principalmente de Filosofia, Sociologia e Arte, com o aumento de carga horária de Matemática e Língua Portuguesa e a inclusão de Educação Financeira; controle autoritário do cotidiano escolar, com a cobrança de eficácia em termos de aprendizagem, mas que se restringem a dados, números, principalmente do Ideb; implantação de escolas cívico-militares, tornando-se o estado do Paraná a unidade federativa com a maior quantidade de escolas no modelo e avanço do ensino profissionalizante, que objetivam a constituição do sujeito neoliberal.

Quem, como eu, é profissional da educação vê claramente a materialização das consequências da consolidação da Nova Direita para a educação escolar no início do ano letivo de 2022, com a implementação da BNCC no Ensino Médio (que, grosso modo, é a reprodução da reforma educacional de 1971, na última ditadura militar). Será esse o ano do ocaso de qualquer possibilidade de educação formal humanizadora, emancipatória, autônoma?

## Com quantos neoliberalismos se faz uma reforma no Ensino Médio?

*Alexsander Machado*

Não raramente, o atual processo de endurecimento das condições de vida e de aprofundamento das injustiças sociais é combatido criticamente por diferentes movimentos sociais de contestação. Uma característica marcante desses movimentos é a sua estrutura diversificada. Eles se estendem desde o movimento estudantil, negro, feminista, LGBTQIA+ e ecológico até as lutas camponesas e dos povos originários. Isso sem se esquecer dos movimentos sindicais, trabalhistas e de luta por moradia. Ora essas lutas se desenrolam no contexto mais imediato da conjuntura, ora buscam transformações sociais de caráter estrutural. Em certos momentos, esse coro de protesto, formado por diferentes vozes, faz-se ouvir a partir de um mesmo som: basta! O neoliberalismo está nos matando.

Entretanto, essa contestação nos coloca uma série de questões. Por exemplo, dizer não ao quê? ou ainda: a quem? Além disso, também é preciso se perguntar sobre a eficácia dos instrumentos que estão ao nosso alcance e que, portanto, podem ser utilizados para opor resistência ao neoliberalismo. Para compreender os traços fundamentais das ideias, às quais queremos nos opor, é preciso ter em mente que elas são uma parte constitutiva do processo histórico e social de desenvolvimento da sociedade capitalista. Essas ideias não têm uma existência autônoma. Elas são a expressão ideológica de uma determinada estrutura social.

A crença radical no poder do livre mercado, que conhecemos como neoliberalismo, é uma obra de muitas mãos, algumas delas ocultas e outras não. O neoliberalismo tem um corpo teórico extenso. Formado por obras de economistas, filósofos, sociólogos, jornalistas e até mesmo de políticos. Para ampliar a difusão dessa ideologia, as ideias neoliberais foram simplificadas e adaptadas aos grupos menos ou pouco letrados da sociedade. De forma resumida, o marco teórico categorial do neoliberalismo pode ser identificado em torno de três conceitos: indivíduo, liberdade e mercado. Essas categorias foram pensadas a partir de três vertentes econômicas.

A escola Austríaca do neoliberalismo remonta aos anos anteriores à Grande Depressão e aos escritos de Ludwig von Mises e de Friedrich von Hayek. A tarefa enfrentada por Mises e Hayek foi a de refundar a crença na economia de mercado como o único instrumento capaz de compreender a totalidade das trocas em uma sociedade mercantil, e, assim, ordenar o comportamento econômico através de um cálculo egoísta de escolha na utilização dos meios escassos para a satisfação das necessidades relacionadas à existência humana.

A escola de Chicago é considerada a principal difusora de ideias e de políticas econômicas neoliberais. As ideias defendidas em Chicago influenciaram uma série de políticos e economistas ao redor do mundo. Em parte, isso se deve ao substancial apoio que a escola de Chicago teve dos sucessivos governos dos Estados Unidos, do Banco Mundial e do FMI. Um dos aspectos mais importantes do neoliberalismo americano diz respeito ao fato de que ele se estendeu além dos limites do campo econômico. O neoliberalismo americano, por exemplo, preocupou-se em elaborar uma teoria dos investimentos em educação para a maximização do bem-estar. A escola americana é a vertente teórica mais conhecida do neoliberalismo. Isso porque, os projetos de privatização em curso na sociedade são a marca característica dos economistas da escola de Chicago.

O ordoliberalismo é a forma alemã do neoliberalismo. A principal preocupação do ordoliberalismo é a construção de mecanismos de livre mercado dentro de uma ordem constitucional e processual forte capaz de garantir um novo pacto social em torno da defesa da liberdade da economia como promotora da liberdade individual. Sem dúvida, a lei como instrumento de dominação é um exemplo que expressa de maneira clara os interesses do neoliberalismo na Reforma do Ensino Médio. A forma impositiva, diga-se de passagem, corresponde inteiramente a observação de que a “mão invisível do mercado necessita do punho de ferro do Estado penal” (WACQUANT, 2012, p. 8).

Há, na Reforma do Ensino Médio, proposta em 2016, um ponto em particular que é especialmente característico da lógica neoliberal aplicada à educação escolar. A premissa falaciosa de que os estudantes são perfeitamente livres para fazer escolhas pessoais, a partir de seus projetos de vida, e que a obrigatoriedade das disciplinas no currículo escolar, imposta pelo Estado, é contrária à liberdade individual.

As influências ideológicas dos neoliberalismos e os desdobramentos práticos deles na atual Reforma do Ensino Médio permitem compreendermos que o reordenamento jurídico/legal do campo educacional, pautado por parâmetros econômicos em termos de eficiência e eficácia de funcionamento da instituição escolar, voltado para o desenvolvimento de uma cultura escolar empobrecida, racionalizada e instrumentalizada pela pedagogia das habilidades e competências representam em muitos aspectos as muitas vertentes do neoliberalismo.

### Participe do Jornal

ENVIE SEU ARTIGO PARA  
[jornalsisifo@gmail.com](mailto:jornalsisifo@gmail.com)

Editores: Geraldo Balduino Horn  
Alexsander Machado